

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE
FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2016/022469

RECORRENTE: CARLOS GUILHERME M. DE SOUZA

**RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA
BAHIA - SIT**

AUTO DE INFRAÇÃO: R000275495

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

**EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, inc. I do
CTB, “TRANSITAR EM VELOCIDADE SUPERIOR À
MÁXIMA PERMITIDA EM ATÉ 20%”. Alegação de não
recebimento da Notificação de Imposição de
Penalidade. Recurso Conhecido e Improvido.**

Relatório

Trata-se de interposição de Recurso em oposição ao rigor do art. 218, Inciso I, do CTB: “Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%”, na data de 15/08/2016, **na Rodovia BA 535, KM 21**, Sentido Crescente, na cidade de Lauro de Freitas/Bahia, pelo que argúi como matéria de Defesa o Direito ao Contraditório e Ampla Defesa.

O Recorrente alega o não ter recebido a Notificação de Imposição de penalidade, pelo que pugna pelo cancelamento da mesma.

O presente processo encontra-se instruído com as cópias do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT), das Notificações NAI e NIP, e do Relatório de Auto de Infração - Extrato, acostadas por esta Junta.

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais e por estarem presentes os requisitos formais do juízo de admissibilidade recursal, recebo e conheço do presente Recurso.

O Recorrente em seu Recurso pede o cancelamento da multa que fora regularmente lavrada no Auto de Infração nº R000275495, sob alegação de que não teria sido recebido Notificação de Imposição de Penalidades, supostamente descumprindo o que preconiza o artigo 282 do Código Brasileiro de Trânsito – CTB.

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

Tal alegações não procede, visto que da simples leitura do relatório do Auto de infração de Trânsito – Extrato verifica-se que a infração fora cometida em 15/08/2016, a expedição da Notificação de Autuação de infração - NAI pelo órgão atuador (SEINFRA/SIT) se deu em 26/08/2016, portanto, 11(onze) dias após o ato infracional, tendo sido postada pelos CORREIOS em 27/09/2016 e recebida via **AR nº FJ250049293BR** em 04/10/2016. Já a Notificação de Aplicação de Penalidade – NIP, fora expedida em 18/10/2016, postada em 24/10/2016 e houve a tentativa de entrega conforme **AR nº FJ339682935BR**, retornando com a informação Ausente.

Em que pese e como já dito, o requerente não tenha recebido a notificação de imposição de penalidade, o mesmo tomou ciência da imposição da penalidade, vez que entrou com recurso à JARI em tempo hábil faltando 21 (vinte e um) dias para o final do prazo, portanto, tomou ciência da imposição da penalidade conforme prever o art. 282 do CTB.

Diante do todo exposto, verifica-se que as razões recursais não atendem ao interesse legal do Recorrente, diante dos argumentos à luz do invocado artigo 281 do CTB. Por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. R000275495válido**, mantendo a sua exigibilidade e multa.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto, dando-o por **IMPROVIDO, considerando o Auto de Infração nº. R000275495válido** pelas razões de direito aqui expostas.

Sala das Sessões da JARI, 30 de outubro de 2018

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular – Presidente - Relator

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular

Aldalice Amorim dos Santos - Membro Suplente em Exercício

Claudemiro Santos Junior - Membro Suplente em Exercício

Maria Fernanda Cunha - Secretária